PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º, DE 2020

(Do Sr. Reginaldo Lopes)

Destina recursos financeiros Fundo de Universalização dos Servicos Telecomunicações de (FUST), para compra de equipamentos de informatica e de acesso à rede mundial de computadores aos alunos carentes da rede publica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Governo Federal a destinar recursos financeiros, financeiros do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), nas categorias econômicas de custeio e de capital, em favor dos alunos carentes de escolas públicas estaduais, distritais e municipais, a fim de promover a universalização do acesso a educação à distancia pelos alunos da rede pública no periodo de restrição das atividades escolares provocadas pelo COVID-19.

Art. 2º Os recursos destinados ao financiamento das ações de universalização ao acesso do ensino à distancia serão repassados aos estados e municipios para a utilização na aquisição de equipamentos de informatica e de contratação de acesso à rede mundial de computadores com a doação simultanea a alunos carentes e escolas da rede publica de educação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No país há um abismo enorme no que se refere ao acesso à internet e à equipamentos de informatica capazes de promover a educação à distancia para alunos da rede pública. Grande parte destes alunos não têm acesso à uma internet veloz e muito menos à







CÂMARA DOS DEPUTADOS

equipamentos que possam propiciar o acesso à educação à distancia.

Segundo dados da Anatel, em 2019, a arrecadação anual do Fust foi de R\$ 1,2 bilhão, com saldo financeiro acumulado de R\$ 5,6 bilhões ao final de 2019.

Diante deste cenário é fundamental a disponibilização de recursos para adaptar as escolas para as atividades de educação à distancia, assim como, a promoção do acesso à internet a às formas de sua utilização aos alunos da rede publica. É preciso garantir mais segurança na implementação das novas maneiras de educar provocadas pela pandemia e garantir o máximo acesso possível à educação publica em nosso país.

Sala das Sessões, em de setembro de 2020.

Deputado Reginaldo Lopes Deputado Federal

